

Congresso Nacional

Serra veta liberação de verba e deixa Congresso sem salário

12 JAN 1995

O ministro do Planejamento, José Serra, vetou o repasse de cerca de R\$ 4 bilhões ao Congresso, destinados ao pagamento da primeira parcela do salário dos deputados e senadores, que é feita entre os dias 10 e 11, até que o presidente Fernando Henrique Cardoso defina os cortes no Orçamento. A proposta orçamentária para este ano deverá receber a sanção presidencial no dia 18 e só então os congressistas receberão a primeira parcela de seus vencimentos.

O presidente da Câmara, deputado Inocêncio de Oliveira, telefonou ao secretário do Tesouro, Murilo Portugal, para saber o motivo do atraso, já que em 1994 o Orçamento também não havia sido aprovado e o repasse de recursos ao Congresso foi feito com base no duodécimo (equivalente a 1/12 do orçamento anterior, com correção monetária).

Inocêncio fez um apelo ao secretário para que liberasse pelo menos essa parcela, mas Portugal não cedeu. O secretário do Tesouro disse que não poderia liberar nem o duodécimo, porque o orçamento já tinha sido encaminhado à sanção presidencial e estava sendo examinado por Fernando Henrique. O governo estuda os cortes necessários para o pagamento do reajuste do funcionalismo.

Cheque especial — Portugal informou a Inocêncio que o dinheiro só será liberado quando o presidente Fernando Henrique Cardoso sancionar o novo Orçamento da União, no dia 18. "Os parlamentares vão ter que aguardar até lá", confirmou o vice-presidente da Câmara, deputado Adylson Motta (PPR-RS). "O problema são os juros do cheque especial do Banco do Brasil que

estão entre 13% a 15%", disse, preocupado.

Os deputados e senadores receberam entre os dias 5 e 10 a primeira parcela dos salários, cerca de R\$ 1.400,00 líquidos. No dia 20 é paga a segunda parcela. O salário bruto é de R\$ 4,2 mil, que segundo Adylson Motta fica reduzido a um líquido de R\$ 2.951,00, após os descontos. O Banco do Brasil recebeu instruções para comunicar aos parlamentares que o salário só será pago no dia 18, sem aumento.

Quanto ao aumento dos parlamentares; o vice-presidente da Câmara informou que vai depender da decisão do Executivo de parcelar ou não o salário do funcionalismo. Se o Executivo optar pelo parcelamento do reajuste de seus servidores, o Congresso deverá fazer o mesmo com relação ao aumento dos deputados e senadores.